

AÇÃO CULTURAL EM CONTEXTOS DE EMERGÊNCIA: A ATUAÇÃO DO MUDI NAS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

CULTURAL ACTION IN EMERGENCY CONTEXTS: MUDI'S ROLE IN THE 2024 FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL

Daniel Maurício Viana de Souza¹

Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira²

Isadora Costa Oliveira³

Jhone Lugão Lima⁴

João Pedro Peccini Rodrigues⁵

Luísa Brito da Costa⁶

Miriã da Mota de Souza⁷

1 Doutor em Sociologia pelo Programa de PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com período sanduíche no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (2016). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de PPGCI- IBICT/UFF (2007). Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2004). Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro, e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador no Núcleo de Estudos sobre Museus, Ciência e Sociedade (NEMuCS). Coordenador do MuDI - Museu Diários do Isolamento. Dedica-se a estudos vinculados à Museus, Ciência, Divulgação Científica, Sociologia da Ciência e Teoria da Sociedade do Espetáculo.

2 Museóloga. Mestra em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Pelotas. Secretária do Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul (2019-2021). Fundadora e produtora cultural da TACHO Cultura Museal (2019). Coordenou e foi relatora do Grupo de Trabalho de Mapeamento da 5 Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (Emergencial Lei Aldir Blanc 2020). Delegada eleita pela cidade de Pelotas para a 6 Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul (2024). Eleita Conselheira Titular do Conselho Regional de Museologia do Rio Grande do Sul (2025-2027). Tem interesse em Museologia, Memória Social, Patrimônio Cultural, Gestão Cultural, Economia da Cultura e Políticas Públicas.

3 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atuando principalmente nos seguintes temas: concepção, montagem e avaliação de exposições; documentação museológica; comunicação em museus; divulgação científica e educação museal.

4 Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Atuou como bolsista junto ao FNDE por meio do Programa de Educação Tutorial (PET) - Fronteiras: Saberes e práticas populares. Integrou ao corpo de bolsistas da Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) junto ao projeto "Divulgação e Comunicação da Rede de Museus da UFPel". Foi membro do Centro Acadêmico do curso de Museologia (CAMU). Participou como colaborador e organizador do projeto "Acervo Mestra Griô Sirley Amaro" vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET) Fronteiras: Saberes e práticas populares.

5 Graduação em andamento em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas.

6 Graduação em andamento em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas.

7 Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Pelotas. Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas. Experiência nas áreas de

Nicóly Ayres da Silva⁸

Renan Marques Azevedo da Mata⁹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir as ações promovidas pelo Museu Diários do Isolamento (MuDI) em resposta às enchentes que afetaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024. Inicialmente, abordamos a abrangência do evento a partir de dados, estatísticas e registros oficiais, com atenção às características das populações mais atingidas, evidenciando a complexidade relacional-associativa entre contextos sociais e ambientais subjacentes a eventos climáticos extremos. Em seguida, apresentamos sobre como se organizou o MuDI nesse contexto, estabelecendo um comitê de crise e desenvolvendo uma metodologia de trabalho adaptada às suas estruturas discursivas essenciais. Por fim, são analisados os resultados obtidos, considerando seu alcance e permeabilidade dialógica, bem como reflexões sobre as implicações das ações implementadas. As conclusões destacam a relevância de iniciativas culturais, particularmente dos museus, em contextos de crise, reforçando a necessidade de estratégias participativas e inclusivas, capazes de fomentar capacidade crítico-reflexiva para lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Palavras-chave: Enchentes no Rio Grande do Sul. Museu Diários do Isolamento (MuDI). Crise socioambiental. Mudanças climáticas. Catástrofe ambiental.

ABSTRACT

This article aims to analyze and discuss the actions promoted by the Diários do Isolamento Museum (MuDI) in response to the floods that affected the state of Rio Grande do Sul in 2024. Initially, we address the scope of the event based on data, statistics and official records, with attention to the characteristics of the most affected populations, highlighting the relational-associative complexity between social and environmental contexts underlying extreme climate events. Next, we present how MuDI was organized in this context, establishing a crisis committee and developing a working methodology adapted to its essential discursive structures. Finally, the results obtained are analyzed, considering their scope and dialogical permeability, as well as reflections on the implications of the implemented actions. The conclusions highlight the relevance of cultural initiatives, particularly museums, in crisis contexts, rein-

Documentação Museológica e Museologia Social.

8 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Membro do Museu Diários do Isolamento (MuDI) atuando nas funções de produção de conteúdos e projetos, produção e gestão de arte/design de conteúdos e desenvolvimento web e tecnologia da Informação (2020 - atualmente). Atua principalmente nos seguintes temas: Produção Audiovisual em Museus; Audiovisual como ferramenta nas práticas museológicas; Gesto, Objeto, Arte e Memória; Comunicação em Museus; Projetos e Montagem Expográfica.

9 Museólogo (COREM 3R 0286-I). Experiência com pesquisa e comunicação em museus; gestão de acervos e planejamento museológico; conservação e preservação de bens culturais; concepção, montagem e avaliação de exposições; educação museal e acessibilidade cultural.

forcing the need for participatory and inclusive strategies, capable of fostering critical-reflexive capacity to deal with the challenges posed by climate change.

Keywords: *Floods in Rio Grande do Sul. Museu Diários do Isolamento (MuDI). Socio-environmental crisis. Climate change. Environmental catastrophe.*

INTRODUÇÃO

Eventos naturais extremos têm se tornado cada vez mais comuns em todo mundo, resultado de uma combinação complexa de fatores. Entidades internacionais, tais como a Organização Meteorológica Mundial (OMM)¹⁰ e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹¹, sistematizam dados que oferecem uma perspectiva, de certo modo, alarmante em relação a essa tendência. Apenas considerando a última década, há registros de ondas de calor que atingiram recordes históricos; além do aumento na frequência e intensidade de furacões, ciclones, tornados, secas, entre outros. Se nos últimos cinquenta anos o número de fenômenos desse tipo triplicou, mais de um terço deles ocorreu de dez anos para cá.

No que se refere especificamente a eventos intensos de precipitação, como chuvas e inundações, o aumento das ocorrências é costumeiramente explicado – ao menos em parte, corretamente – em razão do significativo aquecimento atmosférico e sua consequente retenção de umidade. Em 2021, por exemplo, chuvas excepcionais causaram inundações históricas na Alemanha e na China, com volumes pluviométricos que antes eram esperados apenas em intervalos de séculos¹². Ainda de acordo com a OMN, os impactos econômicos globais, na ordem de US\$ 2,98 trilhões, em comparação às cifras de períodos anteriores ao último decênio são tão significativamente mais profundos que não é incorreto afirmar que a crise é não só climática, mas sim, um fenômeno social total¹³.

Concordamos com Andria, Souza e Pascuotte (2024) quando defendem que o clima e as questões que o envolvem devem ser compreendidos como um sistema. Ou seja, nenhum evento climático é isolado, portanto, não pode ser corretamente enfrentado sem a clareza de que é necessário dar conta da complexidade de suas causas e, também, das suas consequências. Nesse sentido que aspectos culturais, socioeconômicos e políticos,

10 Conforme relatório: World Meteorological Organization, *Provisional State of the Global Climate 2023*.

11 Conforme relatório: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>>.

12 Ver, entre outras fontes possíveis: <<https://www.dw.com/pt-br/preju%C3%Adzos-por-desastres-clim%C3%A1ticos-aumentaram-em-2021/a-60264128>>.

13 Tomado aqui em uma acepção que se alarga para além da cunhada por Marcel Mauss (2003). De maneira que, se articulam fenômenos naturais às próprias práticas sociais e culturais, em uma correlação complexa de interferências e consequências.

como o fato de vivermos em sociedades cindidas em classes e com altos índices de desigualdades, não podem fugir ao horizonte de compreensão sobre tais fenômenos.

No Brasil, os efeitos das mudanças climáticas têm igualmente se agravado nas últimas décadas. Grandes alagamentos vêm provocando todo tipo de transtorno e perdas, inclusive de vidas, em diferentes regiões do país, não se excluindo dessa realidade até mesmo os estados e municípios que contam com maior investimento em infraestrutura, portanto, supostamente menos vulneráveis. E, embora não sejam nada recentes os alertas da ciência acerca dos perigos que representam tais mudanças climáticas radicais, associadas aos demais fatores sociais – sobre o quais vimos frisando até aqui – há uma tendência, que também se intensifica nos últimos tempos de negação dessa realidade. Segundo Zhouri e Castro (2024), “a receptividade dos alertas no meio político e das elites econômicas tem sido pífia”, de maneira que têm prevalecido os interesses do grande capital e suas práticas predatórias de produção. A partir desse pressuposto que consideramos as enchentes ocorridas nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul (RS) resultado do que as autoras, acima citadas, expressam como a “intercessão de escolhas econômicas, políticas e institucionais ‘mal adaptadas’ ao meio ambiente e à sociedade”.

Tendo sido a maior catástrofe climática da história do RS, segundo o próprio governo do estado¹⁴, as enchentes afetaram cerca de 441 municípios, mais de 94% das cidades, causando danos diretos a dois milhões de pessoas. No início do mês de maio, 2/3 dos municípios já haviam decretado estado de calamidade pública. Somando-se as perdas materiais, danos a diferentes ecossistemas, mortes de pessoas e animais, contaminação de recursos hídricos, entre outros prejuízos, os impactos dessas cheias superam os de 1941, quando ocorreu o que até então era considerada a maior enchente já registrada no estado.

Na mesma linha de interpretação sistêmica, Jorge (2024) ressalta que, embora as causas imediatas de tais enchentes sejam decorrentes do rompimento de diques e barragens que não suportaram o transbordamento de rios, lagos e córregos afetados pela elevação dos índices pluviométricos, o problema não se reduz às causas naturais. A mesma autora afirma que “a ocupação desordenada do solo, o desmatamento e a impermeabilização das áreas urbanas” agravaram o cenário, de modo que se estabeleceu uma conjuntura propícia às inundações. Há de se acrescentar que, além disso, tanto a lentidão da reação do poder público, quanto a sua interpretação parcial, estreita, limi-

14 Conforme documento: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202405/2024-05-10-govrs-coletiva-site-saude-13-esc-tje-itcdm-v2.pdf>>.

tada e enviesada acerca da situação, ampliaram a abrangência da catástrofe.

Diante de tal quadro, o Museu Diários do Isolamento - MuDI, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mobilizou esforços para implementar uma intervenção que, circunscrita ao escopo de uma instituição de memória, ampliasse as possibilidades de compreensão crítica e ação transformadora, por meio de práticas de divulgação científica capazes de operar, tanto quanto possível, dialogicamente com seu público. Criado durante e em razão da pandemia de COVID-19¹⁵, na condição de “museu de virtuais conexões”¹⁶ o MuDI atua privilegiando o uso de plataformas digitais, tendo como parte de sua missão institucional proporcionar uma comunicação horizontal sobre a ciência e seus sentidos e significados enquanto matéria social.

Consideramos que, em constante diálogo com outros sistemas de saberes, a ciência – resguardando sua abrangência e seus limites – potencializa a conscientização da sociedade, podendo instrumentalizá-la na tomada de decisões acerca de temas e situações sensíveis como as geradas pela crise climática, por exemplo. Neste sentido, se justificam e se enquadram as ações do MuDI, que assume, como um museu ciente de sua responsabilidade social, uma postura comprometida com a construção de um mundo mais justo e sustentável. Aqui, com maior detalhamento mais adiante, será possível notar que, assim como ocorreu na pandemia, e diante da negligência e negacionismo do poder público e demais esferas decisórias, as redes de solidariedade, como expressões de emergências dos saberes populares e tradicionais, demonstraram capilaridade e força de atuação fundamentais, sendo justamente esse um dos focos das ações do Museu nesse contexto.

Assim considerando, o objetivo primordial deste artigo é apresentar e discutir acerca das ações promovidas pelo MuDI em razão das enchentes no RS que aconteceram no corrente ano. Para tanto, refletiremos sobre a abrangência do evento a partir de dados, estatísticas e demais registros oficiais, dando atenção às características das populações mais atingidas, tendo em conta a compreensão da complexidade interrelacional entre contextos sociais e ambientais que desembocam em situações climáticas ex-

15 Hoje, o MuDI além de abordar a pandemia como um fenômeno de multidimensional, que não se encerra nele mesmo, pois tanto suas origens quanto suas consequências deixam lastros nas mais diversas dimensões da realidade – ambiental, cultural, econômica, social, etc. –, trabalha numa perspectiva consubstancial, atentando às questões étnico-raciais, direitos humanos, acessibilidade inclusiva, entre outras pertinentes ao debate crítico-reflexivo e dialógico acerca da ciência e suas relações com as demais esferas da sociedade.

16 Conceituação que caracteriza tanto sua tipologia, enquanto instituição sediada no território digital-internético, quanto seu caráter de potencializar mobilizações dialógicas com base em pressupostos científicos.

tremas. De maneira mais específica, debateremos sobre como o MuDI se organizou, estabelecendo um comitê de crise que propôs uma metodologia de trabalho focada na adaptação de suas estruturas discursivas essenciais. Por fim, buscaremos tecer ponderações a respeito dos resultados obtidos, observado seu alcance e permeabilidade dialógica.

1 AS ENCHENTES NO RS

1.1 A ABRANGÊNCIA DA CATÁSTROFE EM NÚMEROS

Entre os dias 30 de abril e 24 de maio de 2004, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas que desencadearam cheias extremas. Este período ficou marcado por evidenciar a vulnerabilidade do estado perante os eventos climáticos extremos. O processo foi desencadeado através de um anticiclone no Oceano Atlântico Sul, que trouxe um fluxo contínuo de ar quente e úmido em direção ao continente (Emater, 2024). Esse sistema estagnado na região possibilitou a combinação do perigo oriundo da umidade e da instabilidade meteorológica, resultando em uma sucessão de chuvas intensas.

Os efeitos foram devastadores. Para enfrentar este cenário, o Governo do Estado declarou estado de calamidade, conforme Decreto 57.596 (2024) em 78 municípios, e estado de emergência em outros 340, com um total de 456 os municípios atingidos. Foram mais de 9 mil localidades impactadas, com 206 mil propriedades rurais diretamente atingidas. Na zona rural, especificamente, as implicações foram significativas: casas, galpões, silos, plantações, estufas e aviários foram destruídos, e mais de 19 mil famílias tiveram suas vidas afetadas de alguma forma.

As estradas principais se tornaram intransitáveis, isolando 4.548 comunidades. Houve impossibilidade de tráfego de pessoas e de bens essenciais. O abastecimento de água foi outro ponto crítico. Quase 4.600 fontes ficaram contaminadas e 34.519 famílias ficaram sem acesso à água potável, um problema que expõe fragilidades estruturais das áreas rurais, onde há maior dependência de recursos locais. Os efeitos na produção agrícola e pecuária, pilares da economia do estado, também foram alarmantes. Mais de 48 mil produtores de grãos informaram perdas significativas, assim como fruticultores, olericultores e floricultores. Ademais, na pecuária os números são estonteantes: quase 1,2 milhão de aves comerciais, 14,8 mil bovinos, 14,7 mil suínos, e 2,4 milhões de bovinos de leite mortos (Emater, 2024).

A enxurrada também afetou severamente o solo. 2.706.683 hectares em 405 municípios tiveram perda de fertilidade devido a erosão hídrica que ocorreu, esta erosão é uma das principais causas de degradação do

solo, pois remove os nutrientes da camada superficial do solo. Esses danos seriam irreversíveis à sustentabilidade da produção agrícola a longo prazo se não fossem implementadas medidas de recuperação do solo e estratégias de manejo que evitam o agravamento da manipulação do solo em novos episódios extremos de clima. De acordo com o perito da Sanear Ambiental, Rafael de Souza Timbola (2024), a primeira medida necessária se dá pela restauração das matas ciliares, que são as áreas de vegetação que cercam os rios, pois são essenciais na prevenção da erosão em caso de novas enchentes. A descompactação do solo realizada pelos produtores rurais também é crucial para análise do solo, para compreensão da extensão dos danos e uma correção nutricional adequada. O perito também indica o plantio de algumas forrageiras, como amendoim, feijão etc., pois essas plantas ajudam na proteção do solo contra futuras erosões além de auxiliarem na fixação de nutrientes. Essas medidas são vitais para restaurar de forma gradual a produtividade do solo.

A produção leiteira, por outro lado, foi prejudicada pela interrupção das atividades de 7.450 produtores, fator que também serviu para aprofundar ainda mais a crise econômica no setor agropecuário (Emater, 2024). Os dados obtidos no Boletim Evento Adverso, produzido pela Emater na sequência das cheias, são de extrema importância para revelar detalhadamente a dimensão dos danos causados, além de proporcionar material para entender quem foi afetado e de que forma.

O impacto das enchentes no RS foi extremamente agressivo, porém o setor agropecuário não foi o único atingido, muitas pessoas acabaram perdendo a vida. De acordo com o G1, após seis meses do desastre, a última atualização é de que 183 perderam a vida, 27 ainda seguem desaparecidas e cerca de 806 pessoas acabaram feridas. Cerca de 2 milhões de pessoas foram diretamente afetadas, aproximadamente 538 mil ficaram desabrigadas e 76 mil necessitam de abrigo em instalações temporárias. De acordo com a CNN Brasil, através dos esforços de resgate, foi possível salvar mais de 76 mil pessoas e cerca de 11 mil animais. A força tarefa contou com voluntários, com militares das Forças Armadas, Defesa Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Segundo a Agência Brasil, em um balanço divulgado pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas contaram com cerca de 900 militares, incluindo a Aeronáutica, o Exército, a Marinha e agências parceiras, além dos recursos humanos também foram disponibilizados 866 viaturas, 182 embarcações, 30 helicópteros e 4 aeronaves. Além disso, o Ministério da Justiça também relatou a colaboração de 734 agentes nas equipes de resgate, sendo 60 bombeiros e 674 policiais.

1.2 POPULAÇÕES ATINGIDAS

As inundações de 2024 no Rio Grande do Sul demonstraram de maneira contundente os efeitos dos eventos climáticos extremos nas populações mais vulneráveis do estado. Entre os mais de 2,4 milhões de indivíduos afetados, sobressaem-se aqueles que já se encontravam em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, como indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e residentes de áreas urbanas periféricas (Ipea, 2024). Essa parte da população foi a mais impactada pelos efeitos do desastre, prejudicando ainda mais suas condições de moradia, subsistência e acesso a serviços essenciais.

Nas comunidades indígenas, os danos materiais impactaram 80% das aldeias, e 60% relataram perdas em plantações e criação de animais, que são essenciais para a segurança alimentar dessas populações (Relatório Emater/RS-Ascar, 2024). A venda de artesanato, que constitui uma das principais fontes de receita, foi completamente interrompida em razão da destruição das infraestruturas e do isolamento provocado pelas enchentes. De maneira similar, as comunidades quilombolas sofreram perdas significativas em suas lavouras, bens materiais e infraestrutura, o que agravou a insegurança alimentar e dificultou ainda mais o acesso ao mercado de trabalho. Conforme informações da Emater/RS-Ascar, 88% das comunidades quilombolas sofreu impactos diretos, com várias delas situadas em municípios que declararam estado de emergência ou calamidade pública (Emater, 2024).

Os assentamentos da reforma agrária foram severamente impactados, com 7.311 famílias informando prejuízos estruturais e perdas em culturas e criações (Emater/RS-Ascar, 2024). Mais de 10 mil hectares de terrenos foram inundados, afetando a colheita e comprometendo a sobrevivência de diversos trabalhadores do campo. As condições habitacionais também se deterioraram significativamente, com 244 famílias deslocadas, enquanto os estragos em estradas e pontes isolaram comunidades inteiras, dificultando o acesso a serviços essenciais e mercados (Ipea, 2024).

Nas zonas urbanas, as consequências das inundações evidenciaram as desigualdades socioeconômicas existentes. Bairros mais afastados, muitas vezes localizados em áreas de maior vulnerabilidade, foram os mais penalizados. Vários desses residentes sofreram a perda completa de seus bens, enquanto os abrigos provisórios, apesar de fundamentais, mostraram limitações estruturais, como a falta de serviços adequados de saneamento, segurança e assistência psicossocial (Atlas/CNN, 2024). A Secretaria de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul informou que, entre as 75 mil pessoas acolhidas no estado, quase 10% eram idosos, um grupo particularmente vulnerável diante das dificul-

dades climáticas e sociais (Relatório da Defesa Civil do RS, 2024).

As consequências econômicas e sociais para as comunidades afetadas vão além dos prejuízos materiais diretos. Para diversas famílias, a devastação de fontes de renda, como pequenas fazendas e lojas locais, simboliza um retrocesso em anos de avanços - quase sempre, graduais, tímidos e resultado de muita luta. O efeito nas comunidades rurais, por exemplo, abrange não só a diminuição da produção agrícola, mas, também, a degradação da fertilidade do solo em mais de 2,7 milhões de hectares (Emater/RS-Ascar, 2024). Esse elemento prejudica a viabilidade econômica a longo prazo, necessitando de ações imediatas para assegurar a recuperação e a sustentabilidade das regiões impactadas.

A crise gerada pelas inundações evidenciou a necessidade de políticas públicas integradas que levem em conta as particularidades das comunidades. Além da recuperação física, é fundamental assegurar o acesso a recursos financeiros e apoio técnico para que essas populações consigam retomar sua autonomia e restabelecer condições de vida dignas (Zhourí e Castro, 2024). A desigualdade na alocação dos impactos revela as vulnerabilidades já existentes, mas também indica a urgência de uma melhor coordenação entre os diferentes níveis de governo, entidades não-governamentais e a sociedade civil em geral. As enchentes de 2024 servem como um forte aviso de que fenômenos climáticos extremos não são apenas questões naturais, mas também sociais, revelando as falhas estruturais que perpetuam desigualdades e amplificam as crises humanitárias em contextos de calamidade.

1.3 CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS QUE LEVAM A ESSE TIPO E SITUAÇÃO CLIMÁTICA EXTERNA

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos para a sociedade global. O aumento na frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, impulsionados principalmente pelas atividades humanas, tem levado à busca por soluções coletivas. Nesse contexto, a internacionalização das políticas climáticas surge como uma abordagem estratégica para reduzir seus efeitos e facilitar a adaptação às mudanças no ambiente. Como mencionado anteriormente, há algum tempo, alertas feitos pelos pesquisadores e cientistas sobre novos eventos e as possibilidades de crises vêm sendo ignorados. A crescente frequência e intensidade das tragédias climáticas no RS gera a necessidade de uma resposta contundente e a sensibilização da sociedade sobre os impactos das mudanças climáticas. Afinal, segundo Azevedo (2023), o “Impacto ambiental” está relacionado especificamente aos efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Esses eventos não apenas causam destruição material, mas também destacam a necessidade urgente de implementar medidas preventivas e de tomar decisões informadas, baseadas em dados científicos, para lidar com os eventos climáticos extremos. Conforme apontado por Bobbio (2004), a proteção ambiental e a garantia de condições adequadas para uma vida saudável são direitos fundamentais para assegurar a qualidade de vida e o bem-estar das gerações presentes e futuras. Mas, grande parte desses desastres ocorrem em contextos socioambientais que possuem multidimensões, com inúmeras frentes interconectadas.

Em 2023 ocorreram três eventos climáticos de grandes proporções no RS, evidenciando a vulnerabilidade da região às mudanças climáticas nas regiões da Antártica e da Amazônia. O primeiro desses eventos ocorreu em junho, quando um ciclone atingiu a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a Serra Gaúcha (Serra Geral) e o Litoral Norte, resultando em 16 mortes. Em setembro, um episódio de inundações causou a morte de 54 pessoas, sendo considerado o maior desastre natural da história do estado até aquele momento, afetando principalmente o Vale do Rio Taquari. Apenas dois meses após essa tragédia, grandes volumes de chuva atingiram novamente a região, vitimando mais cinco pessoas, destacando a crescente recorrência e intensidade dos desastres naturais no estado. Em novembro do mesmo ano, cerca de 28 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas devido aos estragos causados pelas fortes chuvas. As áreas mais afetadas foram o Vale do Rio Taquari, a Serra Gaúcha e a RMPA.

Tal cenário já era esperado. Segundo a empresa privada de informação meteorológica Metsul, as chuvas que provocaram as inundações no RS entre o final de abril e maio de 2024 chegaram a superar 1.000 mm em algumas regiões, muito mais do que a média anual do estado, que fica entre 1.299 e 1.800 mm, dependendo da área (Atlas, 2022). O geógrafo Francisco Aquino, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, explica que fatores como as mudanças climáticas, o bloqueio atmosférico no sul do Brasil, o fim do El Niño, o aquecimento dos oceanos e uma onda de calor intensa contribuíram para a quantidade de chuva registrada (IHU, Unisinos, 2024a). O impacto foi grande: o desastre afetou cerca de 222.167 km² do estado, o que é mais que o dobro do tamanho de Portugal ou sete vezes maior que a Bélgica. Ao todo, 418 dos 497 municípios do estado foram atingidos, muitos deles grandes produtores agroindustriais.

A intensidade da tragédia climática evidenciou os riscos de projetos que preveem a remoção do muro de proteção contra as inundações ou até sua adaptação a “formas flexíveis”, como parte de um grandioso projeto urbanístico no Cais do Mauá. Entretanto, a tragédia e os danos por ela cau-

sados, não foram suficientes para que os contratos com o Consórcio Pulsa RS, vencedor da licitação para o desenvolvimento do antigo porto, fossem revisados. De acordo com informações recentes, o consórcio aceitou assinar o contrato, mas propôs uma mudança: priorizar a construção de uma nova proteção contra as cheias, para evitar novos danos na área do Cais. Esse tipo de abordagem reflete uma tendência crescente, observada em grandes desastres, como o Furacão Katrina, que atingiu Nova Orleans em 2005, ou os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), demonstrando como tragédias podem ser usadas como oportunidades para novos projetos e, muitas vezes, para a implementação de medidas que não priorizam a segurança pública ou o meio ambiente.

No RS tem crescido o que Klein (2008) descreve como “capitalismo de desastres”. Esse conceito se refere ao aproveitamento de tragédias como oportunidades para novos negócios, especialmente por empresas de consultoria financeira, que frequentemente veem nesses momentos uma chance de lucrar com privatizações e reformas. Um exemplo disso é a Alvarez & Marsal, especializada em recuperação de empresas e bancos falidos, que ofereceu seus serviços gratuitamente para assessorar na reconstrução de Porto Alegre, com acesso irrestrito aos dados municipais. Seguindo essa linha, o governo do estado também contratou a mesma empresa, além das consultorias McKinsey e Ernst & Young, para formular a “Nova Agenda de Desenvolvimento Gaúcho”. Para tentar resolver o problema do represamento das águas da cheia no Guaíba, causado pelos ventos fortes do sul, que impediam o fluxo normal para a Laguna dos Patos e o mar. Foram apresentadas algumas propostas de engenharia, incluindo a criação de um novo canal para facilitar o escoamento da água acumulada. No entanto, essa sugestão foi amplamente criticada por sua viabilidade questionável e pelos riscos de desequilíbrios ambientais no sistema costeiro-lagunar, levando à sua aparente rejeição até o momento.

No campo científico, o evento serviu como um alerta sobre a crise climática em curso. Em um artigo publicado na *Science*, os pesquisadores Pillar e Overbec (2024) destacaram que as inundações catastróficas no sul do Brasil deveriam ser um aviso para as sociedades de que, apesar do ceticismo ainda presente sobre a mudança climática, é urgente agir em termos de mitigação e adaptação. De janeiro a setembro de 2024, o Brasil também enfrentou outro extremo climático: queimadas, aprofundando o cenário de desastre que já havia sido previsto por cientistas renomados, como Carlos Nobre, por exemplo. Em uma recente entrevista, Nobre expressou sua preocupação com a velocidade da crise climática, afirmando que estamos vivenciando a maior temperatura registrada nos últimos 100 mil anos, um fenômeno que, segundo ele, é “o máximo que já experimentamos”. A tragédia climática nas

regiões de Valência e Barcelona, na Espanha, e outras catástrofes ao redor do mundo confirmam os níveis alarmantes de risco que o planeta enfrenta.

Em outubro de 2024, durante as eleições municipais, o grande debate foi como reconstruir e melhorar a infraestrutura de defesa das cidades afetadas pelas inundações. Em Porto Alegre, a administração municipal foi criticada pela falta de manutenção dos sistemas de proteção, como o das casas de bombas, que deveriam devolver a água ao Guaíba. Mesmo assim, o prefeito Sebastião Melo (MDB) foi reeleito, vencendo Maria do Rosário (PT). Esse resultado foi visto como contraditório, já que Melo governava uma cidade severamente afetada pelas enchentes. O sociólogo Marcelo Kunrath Silva (2024), analisando o papel dos empresários ligados ao prefeito na resposta à catástrofe, identificou mais de 500 ações, incluindo operações de resgates com barcos e jet-skis, doações de materiais, e apoio em abrigos, o que teria sido crucial para a reeleição de Melo. Nesse contexto, o discurso de uma resposta positiva do setor privado à tragédia contrasta com a crítica à suposta ausência do governo federal,¹⁷ sendo amplificada por redes sociais, incluindo plataformas conservadoras de grande alcance.

2 A AÇÃO DO MUDI

2.1 O COMITÊ DE CRISE

As enchentes que devastaram o RS em 2024 não foram, como muitas vezes se tenta narrar, eventos isolados ou espontâneos da natureza, mas sim, manifestações extremas de um sistema climático em colapso, diretamente alimentado por um modelo econômico predatório e uma política climática deliberadamente negligente. Reconhecendo esse cenário, o Museu Diários do Isolamento (MuDI), instituiu, em 10 de maio de 2024, um Comitê de Crise movido pela necessidade de enfrentar não apenas os impactos imediatos da catástrofe, mas os alicerces estruturais que a tornaram possível. De modo que, sua instituição, considera como primordial a integração de saberes e a promoção de engajamento da comunidade acadêmica, além de outras esferas da sociedade.

O MuDI, como espaço de mediação entre as dimensões sociais, científicas e culturais, adota Bruno Latour como uma de suas principais referências. Crítico da separação entre natureza e cultura no paradigma moderno, Latour (2004) ressalta a interdependência entre essas esferas. Ele destaca que a crise ecológica e a governança planetária exigem abordagens que unam ciência, política e sociedade, superando o abismo entre

17 É possível observar as ações do Governo Federal no portal: Balanço reforça apoio incansável do Governo Federal ao Rio Grande do Sul — Secretaria de Comunicação Social

a compreensão dos fenômenos naturais e a regulação da vida social. Para enfrentar essas catástrofes, é necessário integrar o conhecimento científico às experiências e lutas sociais.

O Comitê de Crise do MuDI foi criado com uma abordagem relacional-associativa da crise climática, entendendo eventos como as enchentes no RS em 2024 como reflexos de fatores ambientais, econômicos, políticos e culturais interligados. Seu objetivo principal é fortalecer a resposta do museu a emergências, transformando desafios em oportunidades para promover uma consciência coletiva crítica (Latour, 2004). Para isso, articula ciência, políticas públicas e saberes populares, integrando expertise técnica e as vivências das comunidades afetadas.

Ademais, a decisão por instituir formalmente o Comitê surgiu de dois fatores principais. Primeiro, a constatação de que o negacionismo climático e a negligência institucional exigem iniciativas autônomas, capazes de preencher lacunas deixadas pelas esferas decisórias. Segundo, a percepção de que, enquanto instituição de memória e ciência, o MuDI possui o potencial de agir como um catalisador de debates e possíveis soluções para mitigar os problemas gerados pelas crises. Segundo Rúsio (1989), a interdisciplinaridade é uma reflexão crítica constante na Museologia, alinhando-se à missão do MuDI de integrar diversas áreas do saber para enfrentar desafios contemporâneos. Ao criar o Comitê de Crise, o MuDI reafirma seu compromisso não apenas com a preservação da memória, mas também com a ação ativa no enfrentamento das crises atuais, mantendo-se relevante e conectado às demandas sociais e contribuindo para um futuro mais consciente e sustentável.

2.2 METODOLOGIA DE TRABALHO: A ADAPTAÇÃO DOS MOVIMENTOS

O museu, como um sistema de gerenciamento de informação e de potencial comunicativo, produz novas formas de socialização de experiências e saberes capazes de instrumentalizar seus agentes a partir de uma linguagem própria - museal - (Narloch; Scheiner, 2023) que procura responder aos problemas sociais contemporâneos. Nesse sentido, as exposições e ações educativas/culturais são como pontos de contato entre os museus e os diferentes atores sociais que, no caso do MuDI, são mediados através de estratégias digitais de dialogização. Seu discurso expográfico, neste sentido, é estruturado a partir da perspectiva do movimento, identificando e acolhendo os fluxos e as mudanças inerentes aos processos sociais, sempre em constante transformação. Literalmente denominados “Movimentos”, os nichos temático-discursivos que subdividem a exposição de longa duração

do MuDI¹⁸ são: «Por Dentro da Pandemia»; «Ciência Compartilhada»; «É Fake!; “Memórias do Isolamento” e «Solidariedade em Rede».

De maneira breve, podemos dizer que o Movimento “Por dentro da Pandemia” foca na seleção e publicação de informações essenciais sobre a pandemia de COVID-19, priorizando fontes confiáveis e seguras para a sociedade em geral. Já o Movimento “Ciência compartilhada” dedica-se à divulgação científica de pesquisas relacionadas ao contexto pandêmico. O “É fake!” tem como objetivo combater a desinformação nas redes sociais, utilizando comparações e análises balizadas por conhecimentos cientificamente comprovados. Por sua vez, o “Memórias do Isolamento” reúne depoimentos de diferentes atores sociais, compartilhando suas perspectivas e experiências durante a crise da COVID-19. Por fim, o Movimento “Solidariedade em Rede” agrupa materiais e informações sobre mobilizações comunitárias e redes de solidariedade que surgiram em resposta aos impactos da pandemia na vida das pessoas, no passado e no presente.

Diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, e acompanhando a tendência da Museologia que na contemporaneidade tem se inscrito na busca por justiça social e pela garantia de direitos, humanos e sociais (Tamashiro; Reis, 2023), o MuDI adaptou alguns de seus Movimentos para articular esforços no enfrentamento dos efeitos da crise climática. Essa adaptação, como principal estratégia implementada pelo Comitê de Crise, buscou responder aos desafios da desinformação, promovendo a publicização de fontes confiáveis, estimulando a promoção de redes de reciprocidade e mobilização frente ao desastre socioambiental. De algum modo, já eram práticas recorrentes na atuação do MuDI, contudo, neste contexto, o direcionamento deu-se em razão do caráter emergencial instaurado pelas enchentes, que deixaram diversos gaúchos mortos, desaparecidos, feridos - sem falar nas perdas de casas, escolas, museus e tudo que havia contido nesses espaços.

18 Link para acesso à página do MuDI: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/mudi/>

Figura 1 e 2: Publicações do Instagram @mudiufpel sobre os municípios afetados pelas chuvas em maio de 2024, e como a prevenção poderia mitigar a catástrofe ambiental que acometeu o RS.



Fonte: Acervo MuDI

Logo, em maio de 2024, o Movimento “Por Dentro da Pandemia” passou a chamar-se “Por Dentro das Enchentes”. A partir desta nova abordagem, foi possível coletar, divulgar e comunicar informações que pudessem trazer dados atualizados sobre a dimensão da tragédia em decorrência das chuvas, bem como quais eram as entidades e movimentos sociais que atuaram na linha de frente, quais estratégias seriam necessárias para prevenir e conter este tipo de desastre socioambiental, entre outros. No caso do “Ciência Compartilhada” a produção de conteúdo concentrou-se em aspectos relativos à produção científica que já apontava para a previsão de crises - como essa ocorrida no Rio Grande do Sul -, os desafios da reconstrução das cidades no estado, os impactos das mudanças climáticas em diferentes regiões do Brasil, sobretudo.

Figura 3 e 4: Publicações do Instagram @mudiufpel sobre a falsa alegação de que bombeiros esconderam veículos aquáticos durante os resgates, e a divulgação da campanha Ajuda Trans RS.



Fonte: Acervo MuDI

O Movimento “É Fake!” atuou no combate às inúmeras notícias falsas que circulavam nas redes sociais. Algumas, dentre tantas, dessas chamadas *fake news* foram: a de que a Receita Federal havia apreendido aeronaves que traziam doações para o estado; a de que os bombeiros gaúchos estariam escondendo veículos aquático como *jet skis* que seriam usados nos resgates; a de que o Governo Federal importaria arroz de plástico de origem chinesa; a de que o uso de drones seriam proibido no Rio Grande do Sul para evitar que a população contestasse o poder público sobre o número de mortos etc.

Por fim, “Solidariedade em Rede” foi o Movimento que se juntou aos esforços para que diversas iniciativas comunitárias tivessem a devida visibilidade e alcance. Neste sentido, foram feitas postagens de divulgação e pedido de apoio a campanhas como “Ajuda TRANS #RS” - uma rede de solidariedade para ajudar as pessoas transgênero afetadas pelas enchentes; além de campanhas de arrecadação de alimentos, materiais de higiene pessoal e roupas em diferentes entidades e organizações da sociedade; campanhas de manutenção de eletrodomésticos danificados pelas enchentes através de instituições de ensino e tecnológicas; bem como a divulgação de abrigos de pessoas e animais domésticos.

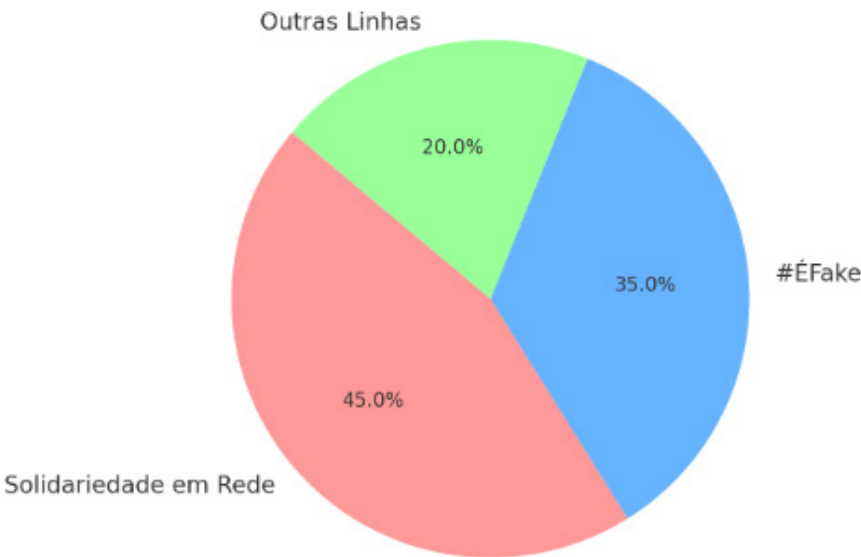
3 RESULTADOS E DESDOBRAMENTOS

3.1 ANÁLISE E IMPACTOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

A partir da adaptação dos Movimentos, por meio das redes sociais, em especial o Instagram¹⁹, o MuDI passou a compartilhar dados relevantes, promover as ações de solidariedade e engajou-se no combate à desinformação. A análise dos resultados obtidos a partir dessas ações evidencia a importância de uma comunicação efetiva e o papel dos museus em contextos de crise. A atuação do Museu foi marcada por uma estratégia intensa e direcionada, que incluiu 54 postagens no *feed*, complementadas por *stories* interativos e parcerias estratégicas. Apesar de um início com altos índices de engajamento nas primeiras semanas, a análise revelou desafios relacionados à frequência de publicações e ao desempenho do algoritmo, fornecendo um panorama importante para futuras campanhas e desdobramentos das ações.

Um dos destaques foi a análise do engajamento por Movimento (Figura 1). As postagens do Movimento “Solidariedade em Rede” responderam por 45% do total dos engajamentos, refletindo uma forte virtual-conexão com o público ao abordar iniciativas de apoio comunitário e campanhas práticas de solidariedade.

Figura 5: Gráfico em pizza de Engajamento por Movimento.



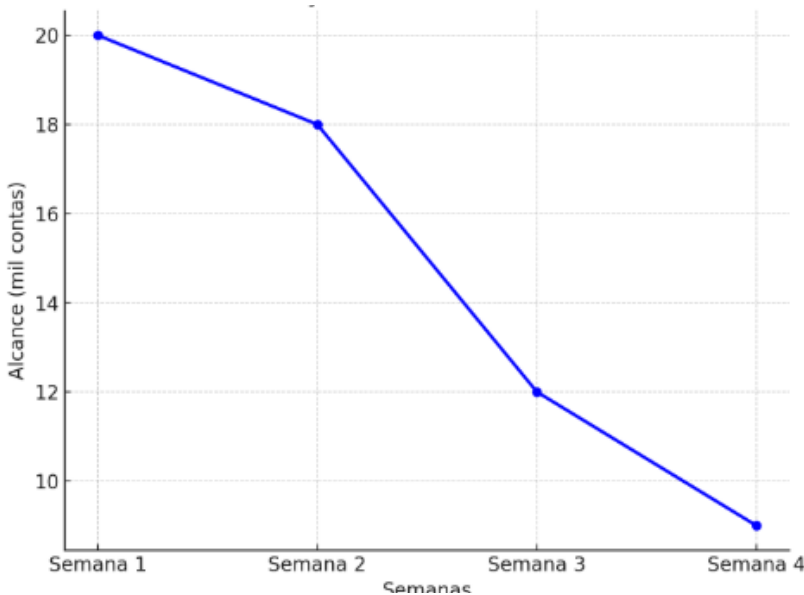
Fonte: Museu Diários do Isolamento.

¹⁹ Disponível em: @mudiufpel

O engajamento emocional e a relevância local dessas postagens explicitam sua alta performance, especialmente em um contexto no qual a mobilização comunitária era urgente. O Movimento “É Fake” obteve 35% do engajamento total, mostrando como o combate à desinformação atraiu a atenção de maneira significativa, fortalecendo o papel do MuDI como uma fonte confiável de informações. Em contraste, os demais Movimentos tiveram uma reverberação mais modesta, indicando que a abordagem adotada pode não ter despertado tanto interesse ou relevância para o público.

Em seguida, a evolução de alcance semanal, representado por um gráfico de linha (Figura 2), ilustra uma queda consistente ao longo das semanas. Na primeira semana, as publicações atingiram cerca de 20 mil contas, mas esse número diminuiu gradualmente, alcançando apenas 9 mil na última semana.

Figura 6: Gráfico em linha de Evolução de Alcance Semanal.



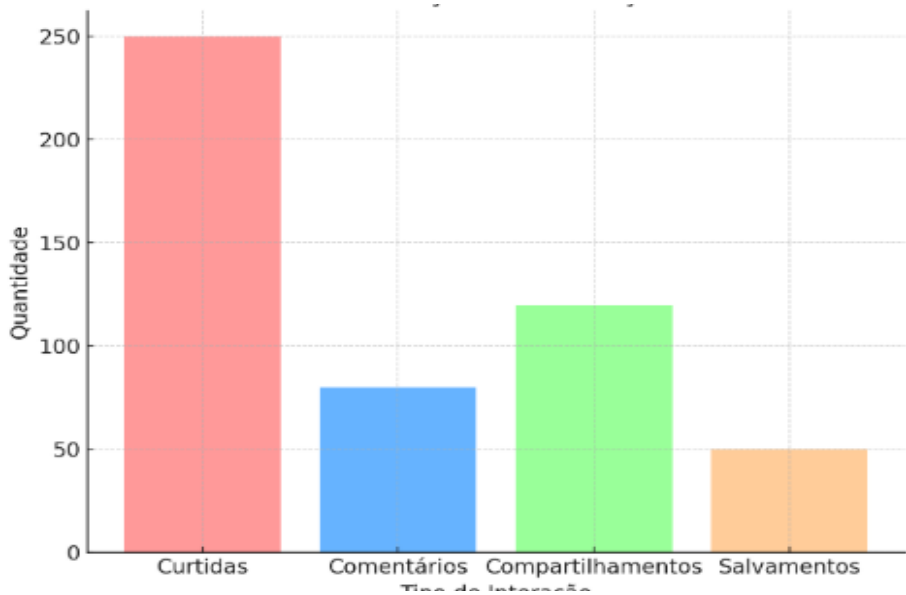
Fonte: Museu Diários do Isolamento

Essa redução foi diretamente influenciada pela frequência elevada de postagens, com cerca de três por dia, o que pode ter saturado o algoritmo do Instagram, comprometendo assim a entrega dos conteúdos. Esse padrão evidencia a necessidade de equilibrar volume e relevância nas publicações. O excesso de postagens pode ter dificultado a identificação, por parte do algoritmo, dos conteúdos mais importantes, além de sobrecarregar o público

com um “excesso” de informações. Uma solução, avaliada como importante, é a adoção de uma frequência reduzida e focada, priorizando horários estratégicos para publicações e conteúdos de maior impacto e relevância.

A análise de distribuição de interações (Figura 3) revelou que as curtidas foram o tipo de engajamento mais recorrente, somando 250 interações. Isso reflete um padrão comum em redes sociais, onde o público realiza interações rápidas e espontâneas. Os compartilhamentos, com 120 interações, indicam que o conteúdo conseguiu mobilizar os seguidores a divulgar as postagens para outros públicos, especialmente nos casos das campanhas de solidariedade e desmentidos de notícias e informações falsas.

Figura 7: Gráfico de Distribuição de Interações.



Fonte: Museu Diários do Isolamento.

No entanto, comentários (80) e salvamentos (50) foram menos expressivos, o que sugere que as publicações não estimularam tantas respostas aprofundadas ou ações práticas de longo prazo. Para aumentar esses números, uma possibilidade é a utilização estratégica de perguntas abertas nas legendas, maior uso de depoimentos ou informações práticas que incentivem os salvamentos. A análise visual desses dados também revelou outros fatores significativos. O engajamento maior nas primeiras semanas coincidiu com as publicações de conteúdos que apresentavam maior apelo visual e local (Figura 4), além de estar em um momento de significativa mobilização. Isso reforça a ideia de que em momentos de crise, conteúdos

visualmente atrativos e de fácil assimilação tendem a obter melhores resultados. Além disso, as postagens colaborativas, que mencionaram outros perfis de parceiros ou instituições, demonstram ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e fortalecer as redes de apoio.

Figura 8: Publicações do Instagram @mudiupel com apelo visual e local.



Fonte: Museu Diários do Isolamento.

É possível afirmar, a partir das métricas, que as ações realizadas pelo MuDI evidenciam um importante papel na construção de uma dinâmica participativa e conectada com o público, especialmente em contextos de crise. Embora os desafios, como frequência de publicação e o algoritmo das redes sociais, tenham impactado no desempenho, a metodologia adotada demonstrou a capacidade do Museu de mobilizar e engajar seu público de maneira significativa. Uma comunicação sensível às necessidades da comunidade, aliada a um uso estratégico das redes sociais, pode não apenas ampliar o alcance do Museu, mas também criar um espaço de diálogo, reflexão e transformação social, elementos presentes na missão da instituição.

3.2 DESDOBRAMENTOS E NOVAS AÇÕES

Como desdobramento das ações realizadas pelo MuDI, foi produzida uma obra audiovisual intitulada “Qual o impacto da desinformação?”, publicada dentro da programação do Dia do Patrimônio em agosto de 2024. A produção, disponível no canal do YouTube do Museu²⁰, contou com a participação de dois pesquisadores da área da informação. Essa iniciativa não apenas deu continuidade às discussões sobre os desafios enfrentados durante as enchentes no Rio Grande do Sul, mas também ampliou o debate sobre um tema de extrema relevância: a desinformação e seus impactos em contextos de crise.

Em situações de emergência, como desastres climáticos, a propagação de notícias falsas e desinformação cresce exponencialmente, dificultando a coordenação de ações e ameaçando a segurança das populações mais vulneráveis. Para Gragnani (2021), a desinformação assume uma dimensão mais perigosa em contextos de crise, ao explorar o medo e a incerteza das pessoas, prejudicando o acesso a informações vitais e atrasando respostas eficazes. Além disso, Alves e Maciel (2020), destacam que o consumo de informações falsas em plataformas digitais é especialmente suscetível à manipulação algorítmica, tornando-se um terreno fértil para a disseminação de conteúdos falsos. Em crises, essa dinâmica compromete a construção de uma esfera pública informada e enfraquece os esforços coletivos para a recuperação da sociedade. Neste sentido, a produção audiovisual buscou ser uma ferramenta para o esclarecimento acerca do tema.

Outro desdobramento significativo é a idealização da próxima exposição de longa duração do MuDI, prevista para inauguração em maio de 2025. A exposição, intitulada provisoriamente de “Reminiscências: Do Isolamento ao Desolamento”, está sendo desenvolvida no momento da escrita deste artigo, para marcar um ano das trágicas enchentes e deslizamentos de terra no Rio Grande do Sul. Inspirada na obra de Mário Quintana, escrita após os eventos climáticos de 1941, a exposição busca não apenas retratar o que foi perdido, mas também dar um foco às diferentes narrativas construídas na mídia e a resiliência e força das comunidades atingidas. Combinando uma abordagem artística e documental, a exposição tem como objetivo funcionar como um memorial que convida o público a refletir acerca da urgência de respostas coletivas às mudanças climáticas.

A exposição está sendo concebida com base nas ações realizadas pelo Comitê de Crise do MuDI, reconhecendo a necessidade de manter vivo

20 Produção audiovisual disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTpAWEWgmLA>

o debate sobre os eventos climáticos extremos e seus impactos. A partir das avaliações e análises das métricas e do público, identificaram-se fatores cruciais que norteiam o planejamento da exposição: o engajamento emocional, a questão da desinformação e a apresentação de dados informacionais factuais. Esses elementos estão sendo considerados indispensáveis para a abordagem da temática de maneira significativa e impactante. A exposição se dará em formato online no site do Museu e contará com uma série de ações educativas complementares para ampliar o alcance e a promoção da acessibilidade.

Ao tratar temas como este o MuDI se compromete a cumprir sua função social, se posicionando como um espaço de diálogo, reflexão crítica e transformação social. Segundo Oliveira e Chagas (2008), os museus contemporâneos devem ser espaços vivos, comprometidos com as demandas sociais, culturais e ambientais de suas comunidades, promovendo reflexões e ações que vão além de suas paredes físicas. Neste sentido, por meio da exposição - e demais ações realizadas - o Museu reafirma seu compromisso com sua missão em transformar memórias e histórias coletivas em instrumentos para a promoção da cidadania e do engajamento público frente aos desafios climáticos. Diante disto, museus não são apenas repositórios, mas espaços políticos que dialogam com o presente, questionam desigualdades e impulsionam mudanças concretas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos as ações implementadas pelo Museu Diários do Isolamento (MuDI) no contexto das enchentes que devastaram, no primeiro semestre de 2024, o estado do Rio Grande do Sul. Fundamentalmente por meio do estabelecimento de um Comitê de Crise, tal museu operou uma adaptação de sua estrutura discursivo-expográfica, especialmente no que tange à exposição de longa duração, de modo que ela pudesse redirecionar toda atenção para a crise.

A Museologia contemporânea, em suas mais diversas correntes teóricas, defende que os museus, mais além do que instituições de preservação de acervos, são instâncias profundamente comprometidas em agir na construção de um mundo mais inclusivo, diverso e socialmente justo. Neste horizonte, a preocupação com o meio ambiente é indispensável. De maneira que, do ponto de vista museológico, a abordagem sobre um evento climático extremo, como essas cheias – já classificadas como a maior catástrofe da história do RS –, deve considerar diferentes dimensões do fenômeno, incluindo a perspectiva de quem, de múltiplas formas, o vivencia diretamente.

Procuramos evidenciar aqui a abrangência da catástrofe, demonstrando, através de dados quantitativos, os principais danos, materializados na perda de vidas e nos inúmeros prejuízos econômicos, sociais, culturais, entre outros. Neste sentido, enfatizamos que em situações de crise não só se aprofundam como, também, se explicitam as desigualdades que eivam nossa sociedade. Em escala global, é possível perceber que regiões que sofreram com séculos de colonização, e ainda sofrem com a colonialidade como corolário, são exponencialmente mais afetadas pelas mudanças climáticas. Estudos atuais, como o que resultou no relatório *State of the Climate in Africa*, de 2023 da OMM, demonstram que há uma relação direta entre a proporção do impacto do clima com os níveis de desenvolvimento na Ásia, América Latina e, especialmente, na África, onde, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em 2024, mais de 5 milhões de pessoas foram afetadas por enchentes de grandes proporções, o triplo do registrado no ano anterior, acentuando as crises humanitárias previamente existentes²¹.

O próprio caso das inundações no RS é representativo de como tais fenômenos precisam ser encarados para além do aspecto natural. Afinal, o que explicaria o fato de que pessoas negras, pobres, quilombolas e indígenas, sobretudo, tenham sido as principais vítimas? Em mapa²² desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles²³ fica claro que as áreas economicamente menos favorecidas foram as mais atingidas. No que tange à situação dos quilombolas, todas as 6,8 mil famílias do RS sofreram com as enchentes, em grande medida, em razão de estarem em localidades onde o acesso é precário, assim como as condições de infraestrutura sanitária²⁴. Além disso, sendo o estado da Federação com o 12º maior contingente de indígenas²⁵, o RS teve mais de 16 mil pessoas, de diferentes etnias, diretamente impactadas²⁶.

21 Ver em: <https://www.wam.ae/pt/article/145ghcc-mais-cinco-milh%C3%B5es-pessoas-%C3%A1frica-ocidental?utm_source=chatgpt.com>.

22 Ver em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>

23 Criado em 1996, trata-se de uma rede de pesquisa e articulação acadêmica no Brasil que estuda e analisa as dinâmicas urbanas e metropolitanas, com foco nas desigualdades socioespaciais e nos processos de urbanização.

24 Ver em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/quinze-quilombos-estao-totalmente-isolados-pelas-chuvas-no-rs>>.

25 Segundo dados do Censo IBGE 2022. <Ver em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>.

26 Ver em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/relatorio-da-sesai-indica-que-mais-de-16-mil-indigenas-foram-impactados-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul?utm_source=chatgpt.com>.

A cidade de Pelotas, sede da UFPel, instituição na qual se vincula o MuDI, no auge da crise – em maio de 2024 –, foi palco de um episódio que atesta como o racismo ambiental opera sobre as minorias sociais, sendo mais um fator de aprofundamento de desigualdades. Durante 6 horas, um condomínio considerado de alto padrão, fazendo uso de um duto clandestino, despejou água, que se acumulava em seus lagos artificiais, em uma avenida que dá acesso ao Canal São Gonçalo, que já estava, naquela altura, com volumes próximos ao limite, o que representava risco iminente de um transbordamento que inundaria, de maneira catastrófica, diversas regiões do município. Não por coincidência, um dos territórios que beira o Canal é o Passo dos Negros, onde há uma grande concentração de população de baixa renda²⁷.

Com efeito, as ações propostas pelo Comitê de Crise do MuDI levaram em conta a multidimensionalidade e o caráter social da crise. A partir de uma perspectiva relacional-associativa, com vistas à articulação de saberes, promoção de diálogo e reflexão/ação crítico-reflexiva, o Museu buscou, ao mesmo tempo, informar e combater a desinformação; implementar uma dialógica científica, bem como, fomentar redes de mobilização e solidariedade. Como visto anteriormente, práticas já recorrentes no MuDI, mas que nesta circunstância específica ganha contornos direcionados à sua compreensão e possibilidades de ação cidadã e transformadora.

A análise dos impactos de nossa comunicação digital, por meio das métricas relativas às postagens em redes sociais e demais atividades, deixou claro, todavia, que apesar de podermos considerar que os resultados apontam para o potencial dialógico-comunicativo deste e de qualquer museu regido pelos valores listados mais acima, ainda há muito a ser desenvolvido deste potencial. Ademais, inúmeros desafios ainda se impõem relativos à construção de dinâmicas comunicacionais mais inclusivas e participativas, bem como ao entendimento e manobra das lógicas algorítmicas que regem o território digital.

No momento em que finalizamos a escrita deste texto, numerosas notícias repercutem uma constatação alarmante: em 2024, pela primeira vez na história, o mundo rompeu a marca crítica de aquecimento de 1,5 °C. Este dado foi disponibilizado pela Copernicus Climate Change Service (C3S)²⁸, organismo da União Europeia responsável por monitorar as mudanças climáticas.

27 Ver, entre tantas opções na mídia, em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/nacional/policia-retira-duto-clandestino-usado-para-escoar-agua-de-condominio-em-pelotas-rs/>><https://www.estadao.com.br/brasil/policia-e-acionada-e-duto-que-transferia-agua-de-condominio-para-avenida-em-pelotas-e-retirado-nprm/?srsId=AfmBOoJoHxkvUERc-fk6YnNinEgc9Opi-BZ5miNBg2njGNcUQ2vP-_o>

<<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2024-05-24/condominio-luxo-duto-comunidade-rs.html>>

28 Ver em: <<https://climate.copernicus.eu/2024-track-be-first-year-exceed-15oc-above-pre-industrial-average>>

Apesar de estar relacionado a fatores “naturais”, a ação humana é destacada como determinante. Na contramão do que seria necessário para tentar evitar o que para muitos já é quase inevitável²⁹, nações industrializadas, principais responsáveis pela produção do caos ambiental atual, como Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Arábia Saudita – só para citar alguns – reafirmam posturas negacionistas em relação à crise, se declarando contra o cumprimento das obrigações climáticas, especialmente estabelecidas no Acordo de Paris³⁰.

Enquanto isso, no desfecho do ano de 2024 – marcado indelevelmente na memória da população gaúcha como um dos mais dramáticos da história – se registram incontáveis tragédias mundo afora, flagelando especialmente – mas não só –, como vimos destacando até aqui, as minorias sociais historicamente fragilizadas. Vejamos alguns casos relativos somente ao mês de dezembro: um terremoto de magnitude 6,9 atingiu o sudoeste do Japão, tendo ocasionado risco de tsunami; o ciclone Chido causou mortes e destruição nas Ilhas Mayotte, departamento ultramarino francês localizado entre o oceano Índico e o canal de Moçambique; e para voltarmos ao Brasil, podemos mencionar que a persistente seca na Amazônia gerou queimadas de grandes proporções, tendo sido, dentre outros fatores, responsável por uma violenta onda de calor em São Paulo e demais regiões, com temperaturas ultrapassando 40 °C.

2025, ano em que o Acordo de Paris completa seu décimo aniversário, inicia com o desafio imposto, sobretudo às próximas gerações, denominadas por Araújo e Andrade (2025) como “overshoot”, de já estarem condenadas a viver sob condições de calor sem precedentes. Portanto, nesta quadra histórica marcada por toda sorte de incertezas, advindas, por exemplo, do aprofundamento da crise do capitalismo liberal, da ascensão mundial da extrema direita neofascista, da eleição de Donald Trump com sua retórica negacionista e prometendo dismantelar regulações no campo da proteção ambiental, a luta é pelo reconhecimento da urgência da crise e pela defesa dos direitos ambientais – que passa pelos direitos humanos, certamente. É fundamental valorizar o conhecimento científico, fomentando seu diálogo com saberes e experiências ancestrais, tradicionais, não normativas, comunitárias, entre outros tipos de participação. Os museus, neste sentido, têm importantes contribuições a serem dadas, trabalhando de maneira colaborativa a consciência ambiental, intrinsecamente atrelada à crítica sociocultural, premissas que moveram o MuDI em suas ações no contexto das cheias no RS, conforme procuramos debater aqui.

29 Conforme apontam diversos pesquisadores mencionados em: <<https://www.dw.com/pt-br/mundo-rompe-pela-1%C2%AA-vez-a-marca-cr%C3%Adtica-de-aquecimento-de-15-%C2%Bac/a-71264049>>.

30 Ver em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-se-declaram-contr-obriga%C3%A7%C3%B5es-clim%C3%A1ticas-em-tribunal-da-onu/a-70965196#:~:text=Maior%20emissor%20de%20gases%20poluentes,por%20na%C3%A7%C3%B5es%20vulner%C3%Aiveis%20ao%20clima>

REFERÊNCIAS

- ANDRIA, A.; SOUZA, O.; PASCUOTTE, T. **A culpa não é das chuvas - solidariedade ao Rio Grande do Sul**. Hora do Povo, 10 maio 2024. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/a-culpa-nao-e-das-chuvas-solidariedade-ao-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto**. Revista Internet&Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-phenomeno-das-fake-news-definicao-combate-econtexto.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- AMARAL, L. Tudo sobre as melhores práticas para hashtags no Instagram: confira todas as dicas. **RockContent**, 2018. Disponível em: <<https://rock-content.com/br/blog/hashtags-no-instagram/>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ARAÚJO, M.; ANDRADE, P. Crise climática já condena uma geração inteira a nascer e viver sob condições de calor sem precedentes. **The Conversation**, 15 jan. 2025. Disponível em: <<https://theconversation.com/crise-climatica-ja-condena-uma-geracao-inteira-a-nascer-e-viver-sob-condicoes-de-calor-sem-precedentes-247432>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- ATLAS/CNN. População atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Atlanta: CNN, 2024. Disponível em: [site consultado]. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- CHUVA que levou às enchentes no Rio Grande do Sul superou 1000 mm. **Metsul**, 2 jun. 2024. Disponível em: <<https://metsul.com>>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CNN Brasil. Enchente no RS: veja lista atualizada com os nomes dos mortos e desaparecidos. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-veja-lista-atualizada-com-os-nomes-dos-mortos-e-desaparecidos/#:~:text=Em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20ga%C3%BAcho,estado%20contabiliza%20806%20indiv%C3%ADduos%20feridos>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- CHAGAS, Gustavo; LAMAS, João Pedro. Seis meses após enchentes, RS ainda tem 27 desaparecidos. **G1 RS**, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/11/17/seis-meses-apos-enchentes-rs-ainda-tem-27-desaparecidos-e-muito-dolorido-diz-sobrinho-de-casal-de-idosos.ghml>>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- DEFESA CIVIL DO RS. **Relatório sobre as enchentes no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, 2024.
- DE OLIVEIRA, Emerson Dionisio Gomes; CHAGAS, Mário de Souza. Há uma

- gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006. **Cadernos de História**, v. 3, n. 1, p. 122-124, 2008.
- EMATER/RS. **Boletim evento adverso: impacto das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**, n. 01. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sis-perdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- EMATER/RS-ASCAR. **Relatório de perdas referente às chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul – maio de 2024**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2024. Disponível em: [arquivo fornecido]. Acesso em: 22 nov. 2024.
- GRAGNANI, Juliana. **O livro das fake news: guia para ajudar você a não cair em desinformação**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2021.
- IPEA. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.
- JORGE, Roberlaine. Depoimento: prevenção e conscientização poderiam ter minimizado catástrofe ambiental no RS. **The Conversation**, 7 maio 2024. Disponível em: <<https://theconversation.com/depoimento-prevencao-e-conscientizacao-poderiam-ter-minimizado-catastrofe-ambiental-no-rio-grande-do-sul-229572>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.
- KUNRATH, Marcelo. **Enchentes no Rio Grande do Sul consolidam conservadores em Porto Alegre, diz sociólogo**. Entrevista concedida a Amanda Audi. Agência Pública. Disponível em: <Enchentes no Rio Grande do Sul consolidam conservadores em Porto Alegre. Entrevista com Marcelo Kunrath - Instituto Humanitas Unisinos - IHU>. Acesso em: 17 de jan. 24.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412 p. (Coleção Ciências Sociais). Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/156/156/304>>. Acesso em: 10 out. 2024.
- LIMA, Ricardo Araújo; DOS SANTOS, Ana Ailema Moraes; DE ALENCAR ARRAIS, Bruna Zita. Governança climática transnacional e direitos fundamentais: desafios e atores na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 4031-4048, 2024.
- KLEIN, Naomi. A ascensão do capitalismo do desastre. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2008.
- MÁXIMO, Wellton. Número de pessoas resgatadas no Rio Grande do Sul chega a 20 mil. **Agência Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/numero-de-pessoas-resga>>.

- tadas-no-rio-grande-do-sul-chega-20-mil>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- NARLOCH, Charles; SCHEINER, Teresa Cristina. Reflexões atuais sobre o museu-espetáculo: entre a cultura de massa e o dispositivo de mediação. **XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, Aracaju-SE, 2023. Disponível em: <<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1592/1306>>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- PILLAR, Valério; OVERBEC, Gerhard. Learning from a climate disaster: the catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, v. 385, n. 6713, set. 2024. DOI: 10.1126/science.adr8356. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.adr8356>>. Acesso em: 14 set. 2024.
- POR águas de chuvas e de lágrimas: Rio Grande do Sul bathed by rainwater and tears. **Revista Brasileira de Meio Ambiente & Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 151-164, 2024.
- RIOGRANDE DOSUL. Decreto n.º 57.596, de 1º de maio de 2024. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-57596-2024-rio-grande-do-sul-declara-estado-de-calamidade-publica-no-territorio-do-estado-do-rio-grande-do-sul-afetado-pelos-eventos-climaticos-de-chuvas-intensas-cobrade-1-3-2-1-4-ocorridos-no-periodo-de-24-de-abril-a-1-o-de-maio-de-2024>>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- RÚSSIO, W. J. S. **Museologia e Interdisciplinaridade**: uma reflexão crítica. São Paulo: Annablume, 1989.
- TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva; REIS, Maria Amélia. Museu como palco de relações e de múltiplas intersecções: o espaço expositivo como zona de contato. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 334-347, 2023. DOI: 10.26512/museologia.v12i24.46975. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/46975>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- TIMBOLA, Rafael de Souza. Como recuperar o solo após as enchentes no RS? Entrevista concedida à revista Planeta Campo, 2024. Disponível em: <<https://planetacampo.canalrural.com.br/agricultura/imagens-de-satelite-ja-mostram-degradacao-do-solo-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- ZHOURI, A.; CASTRO, J. Mudanças climáticas e justiça ambiental no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2024.

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 14/04/2025